



Comunidade de  
Aprendizagem

7 ATUAÇÕES DE ÊXITO



# Modelo Dialógico de Resolução de Conflito



The background image shows three young women in a library or classroom. They are sitting and looking at books. One woman in the foreground is holding an open book. Another woman in the middle is gesturing with her hand while talking. A third woman in the background is also looking at a book. The setting is filled with bookshelves and colorful decorations.

# o que é?

Um modelo de prevenção e resolução de conflitos baseado no diálogo como ferramenta para superar as desigualdades. Nesse modelo, a resolução do conflito se dá por meio de um consenso entre todas as partes envolvidas, especialmente os alunos, sobre as normas de convivência. Essas normas são elaboradas de forma colaborativa por toda a comunidade.

# Olá, Educador!

Neste caderno você encontrará as informações básicas para conhecer e favorecer na sua escola o Modelo Dialógico de Resolução de Conflito. Iniciamos nossa conversa apresentando três modelos que abordam a resolução e prevenção de conflitos: o disciplinar, o mediador e o dialógico, com destaque para este último.

Em seguida, detalhamos os principais critérios para organizar um padrão consensual das normas – principal estratégia do Modelo Dialógico de Resolução de Conflito –, através do exemplo de elaboração de uma norma, e alguns passos que podem assegurar o diálogo e a participação de toda a comunidade na formulação do conjunto de normas e regras de convivência da escola.

Com a intenção de ilustrar e aprofundar o seu estudo, neste caderno você também encontrará duas atividades de estudo que podem ser realizadas em momentos de formação continuada para promover discussão, debate e reflexão.

Apesar de muitas vezes não identificarmos, a maioria dos problemas que ocorrem nas escolas tem sua origem nas relações afetivo-sexuais. Por esse motivo, ao final deste caderno, abordaremos, de forma resumida, a socialização preventiva da violência de gênero e como ela é colocada em prática. Na biblioteca do portal da Comunidade de Aprendizagem, você encontrará um material mais detalhado sobre esse assunto.

Esperamos que este material sirva de apoio para aqueles que acreditam que um clima seguro e pacífico contribui para que todos os meninos e meninas aprendam mais e cheguem aos mesmos e melhores resultados.

Bom trabalho!



# Introdução

Existem várias formas de atuação diante dos conflitos, que podemos agrupar em três modelos: disciplinar, mediador e dialógico.

## **MODELO DISCIPLINAR**

Desde a sociedade industrial, o modelo mais desenvolvido para lidar com conflitos nas escolas ou preveni-los tem sido o **modelo disciplinar**, que é baseado em hierarquias e no papel da autoridade (professor e diretor), sobre a qual incide a responsabilidade de manter a convivência. Nesse modelo, as normas são estabelecidas por pessoas investidas de autoridade, sem a participação dos alunos, e aplicadas verticalmente, ou seja, de cima para baixo. Em outras palavras, a autoridade toma as decisões e as demais pessoas devem se comportar de acordo com elas. Para garantir o cumprimento das normas, o modelo disciplinar adota punições contra quem as infrinja ou tenha condutas inadequadas, como a suspensão das aulas por alguns dias, o encaminhamento para programas alternativos ou ainda a expulsão da escola.

O afastamento das aulas ou da escola não é a solução para problemas de conduta; ao contrário, influencia negativamente a aprendizagem e estimula os alunos a atuarem da mesma forma no futuro, uma vez que não oferece a possibilidade de reflexão sobre ações que poderiam ser acordadas em conjunto.

As medidas punitivas e desqualificadoras muitas vezes rotulam alguns estudantes como “briguentos”, “violentos” ou “desajeitados”, além de reforçar estereótipos e alimentar nos alunos as baixas expectativas, pois eles tendem a interiorizar essas características que lhes são atribuídas. Além disso, sejam medidas temporais ou definitivas, as punições aumentam as dificuldades dos estudantes por distanciá-los do ritmo de aprendizagem de seus colegas.

O modelo disciplinar é compatível com o funcionamento de instituições da sociedade industrial, organizadas a partir de hierarquias e autoridades. Na sociedade da informação<sup>1</sup>, as hierarquias não desaparecem, mas são questionadas e desafiadas continuamente. Por esse motivo, o modelo disciplinar não se adapta à sociedade atual. Ainda que sejam frequentes as propostas para desenvolver, na escola e nos professores, uma autoridade passível de questionamentos, isso não basta para reduzir os conflitos e garantir a convivência nas escolas.

## MODELO MEDIADOR

O **modelo mediador** é um avanço em relação ao modelo disciplinar, especialmente no que diz respeito aos envolvidos na resolução de conflitos e gestão de convivência. Caracteriza-se pela presença de um especialista para mediar o conflito entre as partes e oferecer respostas que atendam a uma norma já estabelecida. A mediação nesse caso consiste em uma solução reativa, ou seja, cria uma resposta ao conflito já existente, em vez trabalhar na sua prevenção. Ainda que, nesse modelo, as normas também sejam definidas por uma autoridade, sua aplicação não é vertical.

O problema do modelo mediador reside no fato de limitar a responsabilidade da convivência a determinadas pessoas, que devem manter a imparcialidade durante as resoluções. Essa forma de mediação pode gerar respostas insatisfatórias – por exemplo, as partes envolvidas no conflito aceitem a resolução proposta pelo mediador sem ter clareza acerca do processo que levou a ela; ou então fingirem aceitar a resolução proposta por medo das consequências de rejeitá-la. Esse tipo de reação não faz sentido e não resolve a situação de conflito, uma vez que os alunos e seus familiares não compartilham da mesma percepção do problema que o especialista que mediu a resolução.



### CONSULTE

I. Caderno *Aprendizagem Dialógica*



## MODELO DIALÓGICO

O **modelo dialógico** envolve toda a comunidade em um diálogo para descobrir as causas e origens dos conflitos e, então, solucioná-los, antes de aparecerem (Flecha & Garcia, 2007). Portanto, essa abordagem concentra-se na prevenção dos conflitos, mediante a criação de um clima de colaboração, no qual as pessoas participam tanto da criação das normas de funcionamento da escola quanto da forma de resolver os conflitos, criando assim um maior entendimento e sentido para todas as pessoas envolvidas.

Nesse modelo, oferecem-se espaço e condições para garantir que todos tenham oportunidades iguais para se expressar e se encontrem soluções conjuntas. Para tornar possível esse diálogo, é preciso considerar que todas as pessoas, independentemente da cultura, do nível acadêmico, etc., têm a capacidade de intervir e opinar na busca de uma solução consensual que ajude na prevenção de conflitos. A responsabilidade e a capacidade de gerenciar a convivência não se limitam a nenhuma autoridade, nem a um especialista em mediar, mas estendem-se a todos os alunos, professores e pessoas da comunidade. Trata-se de superar as posições de poder (tão presentes no modelo disciplinar) e abrir caminho para as relações igualitárias.

Criar oportunidades de diálogo (em assembleias, conselhos, reuniões de classe, comissões, etc.) evita conflitos. Isso requer o envolvimento de toda a comunidade para estabelecer as causas e origens dos conflitos e suas soluções, enquanto o conflito ainda está latente.

O diálogo está presente em todo o processo de criação da norma, tanto na elaboração como em sua posterior aplicação, respondendo aos enfoques da **ética procedimental** e da **democracia deliberativa** (Elster, 2001).

A **ética procedimental** estabelece que a eficácia das decisões ou dos acordos não depende tanto de seu conteúdo (uma ou outra norma), mas principalmente do procedimento com que se chegou a ele: o consenso. Quanto mais pessoas e mais diversas elas forem, mais argumentos existirão, e, em consequência disso, maior a possibilidade de obter normas válidas para todos.

A **democracia deliberativa**, por sua vez, baseia-se na ideia de que o diálogo e o consenso superam a votação e o confronto entre diferentes opiniões. Em uma votação, duas ou mais posições se enfrentam e se estabelece, democraticamente, a maioritária. No entanto, em uma deliberação, por meio de argumentos, é possível modificar uma posição ou apresentar-lhe alternativas, de modo a chegar a um consenso.

O modelo dialógico representa um passo a mais para prevenir problemas de convivência. Isso não significa que os modelos anteriores sejam substituídos completamente, mas sim que eles, por si só, não erradicam esses problemas.

É preciso que os centros educativos sejam espaços seguros para todos os meninos e meninas, espaços em que possam aprender, crescer e se relacionar em liberdade e igualdade. O modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos permite a melhora da convivência tanto dentro da escola quanto no conjunto da comunidade educativa.

Quando alunos, familiares e professores têm a oportunidade de opinar e participar conjuntamente da gestão da escola, da criação de normas e da resolução de conflitos, a convivência na escola e na comunidade melhora qualitativamente.



## Condições para a construção consensual de normas

Para que todas as normas sejam respeitadas e exercidas por todos, é imprescindível que alunos, professores e comunidade estejam de acordo com elas. É possível organizar um procedimento específico para estabelecer um consenso para uma norma, ou um conjunto delas, em toda a comunidade.

O procedimento de consenso consiste em uma deliberação da comunidade educativa ao redor da criação de normas, começando por aquela que todos se comprometam a cumprir. O objetivo desse modelo dialógico é que toda a escola e a comunidade em geral construam o conjunto de normas (regulamento da escola) de forma consensual e compartilhada, seguindo algumas condições importantes. Para ajudar na compreensão de cada uma dessas condições, apresentamos o exemplo de uma norma adotada em uma Comunidade de Aprendizagem.



## **NORMA: NENHUM MENINO OU MENINA PODE SER INSULTADO OU AGREDIDO PELA SUA FORMA DE SE VESTIR.**

Para eleger uma norma que represente a opinião de todos os envolvidos (alunos, professores, diretor e comunidade em geral), é importante que ela cumpra determinadas condições:

Que tenha relação direta com um tema importante na vida de meninos e meninas.

Trata-se de buscar normas que incidam diretamente na vida dos estudantes, que ajudem a resolver problemas reais de convivência. A maioria das normas que propomos está centrada em necessidades percebidas pelos professores ou demais pessoas adultas (como a pontualidade e o cuidado com o material). Para que uma norma seja escolhida por consenso, é preciso, em primeiro lugar, que ela seja relevante para meninos e meninas.

Que tenha o apoio verbal de toda a sociedade.

Todos concordam e apoiam, ao menos no plano do discurso, que a norma é essencial à boa convivência, dentro e fora da escola. Por exemplo, ainda que haja controvérsias em relação ao modo de vestir de cada um, é preciso que todos se posicionem contra agressões motivadas pelas roupas que as pessoas usam.

Que seja frequentemente quebrada na escola, apesar de ter o apoio verbal de toda a sociedade.

Nas escolas, é frequente que as meninas se sintam agredidas quando os meninos levantam suas saias, mas esse tipo de comportamento, lamentavelmente, é visto como normal, como “coisa de menino”.

Que responda a um comportamento possível de eliminar.

A norma precisa especificar claramente o comportamento conflitante, de modo que ele se torne facilmente identificável e possível de ser mudado.

Que, com a superação do conflito, a comunidade dê um exemplo à sociedade, aos familiares, professores, meninos e meninas.

Com o consenso de uma norma, não apenas se soluciona o conflito concreto, como também se promove a capacidade da comunidade de resolver qualquer conflito futuro, o que é um bom ponto de partida para criar outras normas e compreender que o entendimento é possível.

## COMO ASSEGURAR O DIÁLOGO E A PARTICIPAÇÃO DE TODA A COMUNIDADE NA CONSTRUÇÃO DAS NORMAS DA ESCOLA

Para decidir e respeitar a norma, propõe-se um processo dialógico<sup>1</sup>, que pode durar algumas semanas, baseado nos sete passos a seguir e na participação de toda a comunidade.

### PASSO I

**Como** Organizar uma Comissão Mista<sup>2</sup> para debater e propor uma norma para o conjunto da comunidade.

**Por quê e para quê** Para garantir que todos estejam representados no processo de consenso das normas em um processo dialógico, baseado na busca dos melhores acordos, nos quais o que vale são os argumentos das pessoas e não o cargo que ocupam na escola ou na comunidade.



#### CONSULTE

1. Caderno *Aprendizagem Dialógica*

2. Caderno *Participação Educativa da Comunidade*



---

## PASSO 2

**Como** Expor a proposta da norma em uma **assembleia**<sup>2</sup> com toda a comunidade, na qual todos debatem com a máxima participação possível.

**Por quê e para quê** Para que todas as pessoas da comunidade tenham a oportunidade de ouvir e/ou participar da elaboração das normas. Ainda que em uma assembleia nem todos participem, é imprescindível oferecer espaços para que a comunidade possa debater, acordar e decidir de forma democrática.

---

## PASSO 3

**Como** Membros da Comissão Mista difundem a norma, **distribuindo-a por todas as salas**, onde os representantes de classe recolherão comentários, reflexões e propostas de mudanças para que seja possível assegurar o cumprimento da norma.

**Por quê e para quê** Como a norma eleita deve ter relação direta com um tema importante na vida dos alunos, é imprescindível que ela seja debatida com todos os meninos e meninas da escola.

---

## PASSO 4

**Como** Os representantes de classe **debatem a concretização da norma** e sua aplicação com o apoio dos membros da Comissão Mista.

**Por quê e para quê** Nesse momento visibiliza-se, com maior clareza, que a escola está adotando outra maneira de trabalhar; a de construir de maneira conjunta: tomam-se decisões de maneira participativa e coletiva para a formulação de uma proposta comum.

---

## PASSO 5

**Como** **Convoca-se uma assembleia** na qual os representantes de classe explicam aos professores, familiares e comunidade o resultado de suas deliberações. Também recolhem as avaliações desses agentes, levando-as de volta para suas respectivas classes na presença do professor e de um representante da Comissão Mista.

**Por quê e para quê** É muito importante dar a oportunidade de participação em todo o processo, especialmente nesse momento de chegada a um consenso definitivo. É também o momento de comprometer as pessoas com a norma que elas mesmas construíram.



### CONSULTE

2. Caderno *Participação Educativa da Comunidade*

---

## PASSO 6

**Como** Toda a comunidade monitora a aplicação da norma e sua **revisão contínua**. Todo o processo é realizado por representantes de salas e da Comissão Mista.

**Por quê e para quê** Para que todos sejam responsáveis pelo cumprimento da norma, é preciso que sua aplicação e revisão sejam feitas continuamente entre todos. Dessa forma, é possível que as atitudes de todos se tornem exemplos para todos e que a comunidade seja capaz de resolver qualquer conflito futuro.

---

## PASSO 7

**Como** Todo esse processo é acompanhado por formação realizada mediante Tertúlias Dialógicas<sup>3</sup>, fóruns e outras atividades.

**Por quê e para quê** Para garantir o desenvolvimento desse modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos, é importante que sejam propostas atividades nas quais as pessoas possam entender todos os conceitos que o embasam: ética procedimental, democracia deliberativa, diálogo igualitário, etc.



### CONSULTE

3. *Caderno Formação Pedagógica Dialógica e Caderno Tertúlia Dialógica*



# atividades de estudo

Nesta seção do caderno, você e seus companheiros de trabalho vão encontrar uma proposta para que possam continuar estudando e, assim, aprofundar seus conhecimentos a respeito do Modelo Dialógico de Resolução de Conflito. O objetivo aqui é ajudá-los a criar um espaço de reflexão sobre a prática, sempre tendo a teoria como base para dar sentido a suas intervenções, e auxiliá-los a observar e compreender melhor as ações dos estudantes.

Essas atividades podem ser realizadas individualmente, em reuniões entre professores, em encontros de formação com o coordenador da escola, enfim, espaços em que educadores possam estar juntos para um momento de estudo.

## ATIVIDADE 1

Tente se lembrar dos principais conflitos que acontecem em sua escola e como são resolvidos.

Agora reflita sobre as seguintes questões:

- Quais são os conflitos mais comuns?
- Quais as origens desses conflitos?
- Como são normalmente resolvidos?
- Como as normas são estabelecidas?
- É comum os motivos que levam a situações conflituosas se repetirem em sua escola? Por que você acha que isso acontece?

## ATIVIDADE 2

Escolha uma situação de conflito comum em sua escola e tente elaborar uma forma de resolvê-lo a partir do modelo dialógico. A leitura do texto abaixo pode ajudá-lo nessa tarefa.



### CONSULTE

2. Caderno *Participação Educativa da Comunidade*
4. Caderno *Formação de Familiares*
5. Caderno *Grupos Interativos*

Nas Comunidades de Aprendizagem, fomenta-se a participação da comunidade na prevenção de conflitos em muitos espaços cotidianos: nas Comissões Mistas<sup>2</sup>, na Formação de Familiares<sup>4</sup>, nas assembleias<sup>2</sup>, entrando nas aulas, na biblioteca, etc. As diferentes pessoas da comunidade se conhecem e estabelecem relações de confiança que permitem atuar na prevenção dos conflitos antes que se manifestem mais duramente.

Em uma Comunidade de Aprendizagem, a Comissão Mista comentou que, no curso do terceiro ano do ensino fundamental, havia um aluno que atuava como líder, desprezando uma parte dos colegas de classe. Algumas crianças se juntaram a ele para não se tornarem vítimas de seu desprezo e outras ficavam desconfortáveis em muitas situações. A Comissão de Convivência decidiu conversar com as mães e os pais dos alunos daquela sala, especialmente com a mãe do menino que atuava como líder. Esta última, já habituada ao caráter dialógico da direção e da comunidade escolar, reconheceu que seu filho tinha esse tipo de comportamento. Em conjunto, mães e pais decidiram que, ao invés de castigar o menino ou estabelecer mecanismos de mediação, iriam participar de diversas propostas de Grupos Interativos<sup>5</sup>, promovendo assim transformações nas diferentes relações dentro daquele grupo.



## Anexo: Socialização preventiva da violência nas relações

A maioria dos problemas de convivência que acontecem nas escolas tem sua origem nas relações afetivo-sexuais entre meninos e meninas, ainda que para os professores, educadores, mães e pais esses conflitos sejam de outra natureza. Não identificá-los corretamente impede que professores e diretores possam dar respostas adequadas a eles, e um ambiente seguro e livre de conflito é imprescindível para a aprendizagem de meninos e meninas.

Para oferecer uma educação que desenvolva nos estudantes relações saudáveis e igualitárias, é preciso considerar o que diz a comunidade científica internacional e evitar os muitos erros hoje encontrados nas escolas.

A seguir, são destacados os principais aspectos – identificados pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades, o CREA<sup>6</sup> – a ser trabalhados com os estudantes para a superação e prevenção de conflitos, especialmente aqueles relacionados com a violência de gênero, nos espaços de diálogos que cabe à escola promover (assembleias, comissões, etc.).

O estudo sobre a socialização preventiva da violência nas relações pode acontecer em momentos de Formação Pedagógica Dialógica. Dessa forma, professores e diretores contribuem para a construção de um novo modelo de relações dentro e fora das escolas.



### CONSULTE

6. Caderno Comunidade de Aprendizagem

Se o amor e a atração são sociais, por meio do diálogo é possível transformar o desejo, de modo a vinculá-lo não à violência, mas a modelos igualitários.

## O CARÁTER SOCIAL DO AMOR

A pesquisa pioneira de Jesús Gómez (2004) sobre a socialização no amor e na atração identificou, pela primeira vez, que a atração é o resultado de interações sociais e não um determinismo biológico. Seus estudos demonstram que maioria das socializações (ainda que não sejam as únicas) promovem a vinculação entre atração e violência e desencorajam modelos de relação igualitária. Por exemplo, muitos agentes socializadores, como filmes, novelas e seriados, “vendem” como modelos masculinos atraentes aqueles mais agressivos ou mesmo violentos; poucos são os mais solidários e abertos a diálogos.

A ideia de que o amor e a atração são fruto das interações sociais significa que os modelos violentos de atração são reforçados pela sociedade, mas também que esse tipo de socialização pode mudar. A socialização preventiva da violência de gênero consiste em motivar interações sociais que promovam a atração pelos modelos igualitários e a rejeição dos modelos violentos. Trata-se, portanto, de potencializar as socializações que transmitam a igualdade como algo atrativo e excitante.

## A LINGUAGEM DO DESEJO NOS MODELOS IGUALITÁRIOS

É um equívoco fomentar relações igualitárias a partir unicamente da linguagem da ética, dos valores (o que é bom e o que é ruim). Enquanto a linguagem da ética se concentra em ideias não sexistas (como a divisão das tarefas domésticas entre meninos e meninas, etc.), a linguagem do desejo, estimulada principalmente pela grande mídia, reforça a relação entre atração e violência (“conveniente, porém chato” / “inconveniente, mas excitante”).

É necessário trabalhar a partir da linguagem do desejo para poder tirar o atrativo da violência e direcionar a atração para modelos igualitários. Isso não se dá por meio de formações feitas pelos professores e familiares, mas sim através do diálogo transformador entre todos os agentes educativos (alunos e alunas, familiares, voluntariado, irmãos e irmãs, comunidade em geral). O diálogo transformador se dá quando se introduz não apenas a linguagem dos valores (necessária), mas também a do desejo.

O objetivo não é que as pessoas reprimam seus desejos aceitando o que é “mais conveniente”, mas promover socializações que gerem desejo e atração por esses modelos “convenientes” – que o “bom” seja também excitante e emocionante.

## SENTIMENTOS E EMOÇÕES

A diferença fundamental entre sentimentos e emoções é a duração: as emoções podem ser pontuais, enquanto os sentimentos tendem a permanecer por mais tempo. Às vezes se reforça uma dicotomia entre a intensidade (das emoções) e a permanência no tempo (dos sentimentos): onde há sentimentos (amizade, amor duradouro), não existe ou há menos intensidade emocional. Essa perspectiva errônea obriga a eleger entre uma coisa e outra.



É possível destacar dois erros da educação emocional proposta em muitas escolas:

1. Muitas realizam trabalhos que reforçam a expressão das emoções, mas se esquecem de trabalhar os sentimentos.
2. Com a melhor das intenções, trabalham exercícios específicos de educação emocional baseados em propostas de contato físico. Algumas vezes conseguem resultados opostos ao desejado (distantes do desenvolvimento da confiança e amizade) e podem contribuir para perpetuar casos de assédio.

Mais importante que as emoções são os sentimentos, que incluem e reforçam as emoções positivas. As amizades e amores (sentimentos) que têm meninas e meninos terão uma influência enorme em sua vida pessoal, acadêmica e profissional futura. Por isso é fundamental que a escola fomente o sentimento de amizade. A amizade não se ensina, mas é motivada em atividades cotidianas baseadas no diálogo igualitário e na igualdade de diferenças<sup>1</sup>, nas quais alunas e alunos se conhecem e se ajudam diariamente. Por exemplo, nos Grupos Interativos<sup>5</sup>: quando os alunos estão fora das aulas, aquele que ajudou ou aquele que recebeu ajuda, durante a atividade em sala, já não é mais um “outro” que se pode ignorar, mas um amigo ou amiga a quem proteger e ajudar.

## O IDEAL DO AMOR ROMÂNTICO

Quanto ao sentimento de amor, há uma confusão desastrosa, baseada em ocorrências e não em evidências científicas, que consiste em responsabilizar o amor romântico ou os contos de “príncipes e princesas” pela violência nas relações entre meninos e meninas. Na literatura científica sobre o amor romântico, não existe nenhuma evidência disso. Nos contos que estimulam a ideia do amor romântico, não há nenhum príncipe que maltrate a menina de quem está enamorado e nenhuma princesa que se apaixone por alguém que a maltrate. O que é possível encontrar nesses contos são modelos tradicionais, estereotipados, dos papéis masculino e feminino, aspectos que é preciso trabalhar, mas não são eles a causa da violência de gênero. E é fato que os programas de prevenção de violência de gênero centrados exclusivamente em superar estereótipos sexistas não conseguiram erradicá-la.

O amor romântico, sobre a base do respeito, não fomenta a violência de gênero. As adolescentes que buscam encontrar meninos que se apaixonem por elas e creem nesse ideal têm mais probabilidade de estabelecer relações igualitárias do que aquelas que não acreditam que o amor existe ou que associam a atração à violência.

De um lado, a linguagem da ética, que representa o que é bom, e o que dizem os pais, mães e professores; de outro, o que desejam meninas e meninos e como atuam em consequência de seus desejos. A linguagem do desejo é a linguagem do gosto, do desejável, do atraente.



### CONSULTE

1. *Caderno Aprendizagem Dialógica*

5. *Caderno Grupos Interativos*

## MASCULINIDADES ALTERNATIVAS

A prevenção da violência nas relações também requer que se trabalhe o tema da masculinidade a partir da rejeição de modelos violentos e da promoção de masculinidades não violentas.

No campo das relações heterossexuais, distinguem-se três tipos de modelos: masculinidade tradicional dominante, masculinidade tradicional oprimida e novas masculinidades alternativas (Flecha, Puigvert & Ríos, 2013).

A masculinidade tradicional dominante se baseia no domínio sobre as mulheres e no menosprezo por elas. É a masculinidade criadora da violência de gênero.

A masculinidade tradicional oprimida é aquela que desenvolve relações mais igualitárias com mulheres, mas não é considerada atrativa. Não é a causa da violência, mas sua condição de oprimida não contribui para a superação da violência de gênero, e a sua falta de atração alimenta a existência da masculinidade dominante.

As novas masculinidades alternativas rompem com essa dicotomia de opressor e oprimido, pois são modelos “convenientes” e excitantes. São homens que não rejeitam valores como a coragem, mas tampouco aceitam relações com mulheres que buscam os meninos “bonzinhos” depois de se divertirem com os meninos “maus”. Esse modelo de masculinidade alternativa é o que realmente rompe com a violência de gênero, uma vez que quebra o vínculo entre atração e violência.

A teoria da socialização preventiva da violência de gênero [desenvolvida pelo CREA] coloca ênfase no papel central do processo de socialização nas relações afetivo-sexuais e nos modelos de atração e escolha, ou seja, quem atrai, quem não atrai, quem escolher, quem não e por quê. Parte-se do caráter social do amor e dos diferentes componentes que influem em sua construção [...]. Considera-se que através do diálogo é possível intervir nos processos de socialização e modificar os gostos e as preferências que influenciam as escolhas nas relações afetivo-sexuais. (Chistou & Ríos, 2010)

# Bibliografía

- Aubert, A., Duque, E., Fisas, M., Valls, R. (2004). *Dialogar y transformar, pedagogía crítica del siglo XXI*. Barcelona: Graó.
- Chistou, M., & Ríos, O. (2010). Más allá del lenguaje sexista. Actos comunicativos en las relaciones afectivo-sexuales de los y las adolescentes. *Revista Signos*, 43, Número Especial Monográfico N° 2.
- CREA (2010-2011). *Miratge de l'ascens i amor ideal [espejismo del ascenso y amor ideal]*. Institut Català de les dones. Investigadora principal: Dra. Elena Duque.
- Elster, J. (2001). *La democracia deliberativa*. Barcelona: Gedisa.
- Flecha, A., Puigvert, L., & Redondo G. (2005). Socialización preventiva de la violencia de género. Feminismo/s. *Revista del Centro de Estudios Sobre La Mujer de la Universidad de Alicante*, 6, 107-120.
- Flecha, R., & Garcia, C. (2007). Prevención de conflictos en las comunidades de aprendizaje. *Idea La Mancha: Revista de Educación de Castilla-La Mancha*, 4, 72-76.
- Flecha, R., & Vargas, J. (2000). El aprendizaje dialógico como "experto" en resolución de conflictos. *Contextos Educativos*, 3, 81-88.
- Flecha, R., Puigvert, L., & Ríos, O. (2013). The new alternative masculinities and the overcoming of gender violence. *International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences*, 2(1), 88-113.
- Gómez, J. (2004). *El amor en la sociedad del riesgo*. Barcelona: Hipatia.
- Oliver, E., & Valls, R. (2004). *Violencia de género. Investigaciones sobre quiénes, por qué y cómo superarla*. Barcelona: Hipatia.
- Oliver, E., Soler, M., & Flecha, R. (2009). Opening schools to all (women): Efforts to overcome gender violence in Spain. *British Journal of Sociology of Education*, 30(2), 207-218.
- Smith, P. H., White, J. W., & Holland, L. (2003). A longitudinal perspective on dating violence among adolescent and college-age women. *American Journal of Public Health*, 97(7), 104-110.

Este caderno é uma adaptação feita a partir do material de formação produzido pelo CREA, Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades da Universidade de Barcelona.



Atribuição • Não comercial • Sem derivados

Você tem o direito de:

- **Compartilhar** – copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato
- O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os termos seguintes:

- **Attribution** – Você deve atribuir o devido crédito, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.
- **NonCommercial** – Você não pode usar o material para fins comerciais.
- **NoDerivatives** – Se você remixar, transformar ou criar a partir do material, você não pode distribuir o material modificado.
- **No additional restrictions** – Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/deed.pt_BR)